

# PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

## TCU libera aporte de R\$ 2,6 bilhões da Autoridade Portuária para túnel

Ministros do Tribunal de Contas da União revogam, de forma unânime, suspensão de recursos federais para obra

SÍLVIO LUIZ - 3/3/25

TED SARTORI

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) liberou a Autoridade Portuária de Santos (APS) para realizar aporte de recursos na parceria público-privada (PPP) do túnel imerso Santos-Guarujá. O valor federal envolvido na obra é de R\$ 2,6 bilhões. A revogação do impedimento temporário, que havia sido imposto em 18 de março, foi aprovada ontem por unanimidade, em reunião ordinária dos ministros da Corte de Contas, em Brasília.

“Não há obstes (entraves) por parte deste TCU à efetivação dos aportes federais em favor do projeto na forma proposta de depósito em conta vinculada, acompanhado das cautelas de praxe para suas efetivações”, afirmou, em seu voto, o relator do processo, ministro Bruno Dantas. Trata-se de uma conta de depósito mantida por terceiros, normalmente uma instituição financeira, para garantir o cumprimento de acordos envolvendo grandes quantias.

O ministro, no entanto, deixa claro que “a efetiva liberação ou reembolso dos recursos depositados na referida conta fica condicionada à formalização do instrumento jurídico que regule a governança do aporte federal”.

A decisão justificou-se porque, segundo o relator, ocorreu avanço no tema, embora ainda não tenha se chegado a um formato ideal, aliado a outra razão. “Recebi um apelo do Governo do Estado porque há necessidade de o aporte federal ser feito até a próxima semana, sob pena de descumprimento contratual”, revelou Dantas.

### AUTORIDADE PORTUÁRIA

O presidente da APS, Anderson Pomini, recebeu de forma muito positiva a decisão do TCU, “especialmente porque um dos principais pleitos da Autoridade Portuária sem-



Túnel imerso Santos-Guarujá vai unir as duas margens do Porto de Santos, em uma obra discutida há quase 100 anos na Baixada Santista

### DETALHES DA LIGAÇÃO SECA

O contrato envolvendo o túnel imerso Santos-Guarujá foi celebrado em 28 de janeiro entre o Governo de São Paulo e a empresa portuguesa Mota-Engil, sem a presença da Autoridade Portuária de Santos (APS), responsável por 50% do aporte público da obra, o que propiciou o pedido em fevereiro por parte da empresa pública federal à Corte de Contas

para figurar como interveniente no compromisso. No entanto, a AudPortoFerrovia, unidade especializada do Tribunal de Contas da União (TCU) focada em fiscalizar infraestrutura portuária e ferroviária, havia concluído ser inadequada a inclusão da APS, conforme noticiado por A Tribuna na última terça-feira. O Estado é o poder concedente da obra e

conduziu o processo licitatório. O leilão foi realizado por concessão patrocinada na modalidade de PPP. O custo previsto do túnel é de R\$ 6,8 bilhões. Desse total, R\$ 5,2 bilhões são recursos públicos, divididos entre Estado e União, com R\$ 2,64 bilhões para cada. O valor restante será investido pela concessionária privada Mota-Engil, vencedora do processo licitatório.

pre foi garantir absoluta segurança jurídica aos aportes federais destinados ao projeto do túnel Santos-Guarujá”.

A autorização para o depósito dos recursos em conta vinculada, segundo Pomini, “representa um avanço importante para a continuidade do projeto, com segurança, transparência e controle”.

“Também consideramos adequada a fixação de prazos para apresentação do

instrumento formal de governança, permitindo que APS, Governo do Estado e demais envolvidos concluam um modelo robusto de fiscalização e gestão dos recursos, em conformidade com as determinações do Tribunal”, sugere o presidente da empresa pública federal.

Pomini acrescenta que “a APS seguirá trabalhando em conjunto com os órgãos envolvidos para finalizar os ins-

trumentos necessários e assegurar a plena execução de uma das obras de infraestrutura mais importantes do País”.

### GOVERNO DO ESTADO

Em nota, a Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos (SPI) informa que ainda não foi formalmente notificada sobre a decisão do TCU e aguarda acesso à íntegra do acórdão para análise detalhada.

“Ao longo do processo, o Estado apresentou os esclarecimentos solicitados pelo Tribunal, tendo encaminhado manifestação técnica ao TCU, com cópia à Autoridade Portuária de Santos, em 23 de março. Na sequência, a APS encaminhou manifestação ao TCU, com cópia ao Estado, em 7 de abril, e o Estado apresentou complementações adicionais em 15 de abril”, detalha.

A SPI afirma ainda que, “neste momento, o Governo aguarda a formalização da decisão e os próximos encaminhamentos, incluindo a estruturação do instrumento de governança e o aporte por parte da APS, conforme os termos a serem definidos. O Estado seguirá atuando em conjunto com os órgãos envolvidos para garantir a continuidade do projeto com segurança jurídica”.